

Relatório da reunião da Diretoria Colegiada da ANVISA com DEVISA e DEN/FENASPS



Data: sexta-feira, 9 de maio de 2014

Local: sala de reuniões do gabinete do diretor-presidente da Anvisa, em Brasília

Participantes

ANVISA

Diretor-presidente, Dr. Dirceu Barbano; os diretores Dr. Ivo Bucaresky e Dr. Renato Porto; Gerente geral, Dr. Paulo Coury; gerente de RH, Sra. Lucia Masson; Chefe de Gabinete Dra. Vera Bacelar e o Adjunto, Sr. Daniel.

FENASPS

Diretor Moacir Lopes/PR; os coordenadores do DEVISA, Sueli Dias/SP, Orlando Oliveira/RS e Giulio Tartaro/SC; os servidores Vieira/RJ, Soraya e Valéria, de Congonhas/SP; e o assessor jurídico Sinsprev/SP, Dr. Cássio Lavorato.

A reunião inicialmente havia sido marcada para as 16h, porém o diretor-presidente somente pode comparecer às 17h na sede da ANVISA.

A pauta havia sido protocolada junto à DICOL desde o último 31 de março, sendo composta de temas relacionados à gestão na área de Portos, Aeroportos e Fronteiras. A metodologia utilizada pelos representantes da FENASPS foi de fazer primeiramente uma explanação descritiva ilustrada com documentos e comprovações dos assuntos apresentados aos gestores.

Foram destacados pontos comuns das diversas coordenações estaduais que foram trazidos pelos servidores ao conhecimento do DEVISA/FENASPS, tais como: incertezas e indefinições sobre a estrutura de PAF's, pois a DICOL não tem sido clara em relação à

política dessa área descentralizada e causa apreensão e insegurança nos trabalhadores que atuam nos postos da ponta.

Outro ponto bastante discutido foi em relação à forma autoritária e truculenta como vários coordenadores tem se utilizado para comandar as equipes em seus respectivos estados, caracterizando casos de violência emocional e outros que devido à frequência e circunstâncias pode em alguns casos ser visto como assédio moral.

Também os representantes abordaram diversas falhas na gestão do nível central como falta de comunicação e transparência, bem como falhas e insegurança de sistemas de informação e base de dados usados para as atividades de inspeção e fiscalização.

Outro ponto grave explanado foi quanto à instauração de PAD's pós-greve de 2012 sem motivos e comprovações, sem o cumprimento de etapas preliminares de investigação, o que tem provocado transtornos aos servidores envolvidos e exposição da vida profissional e pessoal dos trabalhadores sem qualquer fato real apurado, no entanto sem conclusão até o momento. Uma nítida intenção de desmoralização dos servidores e contra o direito de organização e mobilização na categoria.

Também foi apresentada a dificuldade para liberação e participação de servidores e representantes da categoria nas mesas de negociação, reuniões institucionais, fóruns da categoria, mesmo solicitando anuência prévia, em algumas situações são sempre negadas sob várias alegações, acarretando prejuízos aos servidores, inclusive desconto de ponto e ameaças no sentido de inibir e proibir a participação.

Foram colocados vários aspectos em curso pela gestão na área de PAF's que apontam para um descaso com a saúde pública, para o desmonte de postos e fechamento de unidades sem justificativas e intenção de repasse de ações fiscais para equipes municipais e estaduais sem prévio diálogo com as entidades e trabalhadores.



O caso de Congonhas/SP foi notório para avaliar a intenção dos gestores do nível central em desestruturar as atividades de inspeção e fiscalização federal e interferir diretamente na vida dos servidores e da população.

Outro ponto abordado foi a emissão de laudos periciais que retiram o adicional de insalubridade em vários estados sendo que não possuem o devido embasamento técnico necessário, que tem causado insatisfação geral na categoria. Somado a isso as condições de trabalho insatisfatórias e inadequadas em diversos postos de PAF's.

Após a exposição dos representantes, o diretor-presidente e demais gestores teceram suas impressões e buscaram responder os questionamentos levantados pelos servidores.

Porém, resumimos com a seguinte colocação feita pelo Dr. Barbano: se necessário faremos o enfrentamento em vários locais de PAFs, pois onde não entendermos que seja indispensável a presença da esfera federal, as atividades serão sim repassadas aos estados e municípios pois a ANVISA faz parte do SUS e pertence ao SNVS.

O Diretor Dr. Ivo, salientou que não está prevista a realização de concurso público específico para a área de PAF's, porém considerou que pode haver futuramente a remoção interna de servidores para os locais onde ficar comprovada a necessidade, a após o levantamento do dimensionamento da força de trabalho em andamento pela GGRHU.

Portanto, em relação ao fechamento do posto de Congonhas, a gestão reafirmou que é isso que esperam por parte da coordenadora estadual. Nesse ponto o assessor jurídico lembrou que existe uma ação tramitando junto ao Ministério Público Federal de SP e a ANVISA não poderá simplesmente largar suas atividades e repassar para estado e município sem a observância da legislação.



Em relação à implantação de NID's em Santa Catarina, entende que são interessantes iniciativas dessa natureza por parte dos coordenadores que usam de criatividade. No entanto, questionamos os aspectos legais envolvidos e a forma de desconsiderar a participação dos servidores nos processos de trabalho e construção que tem gerado desconforto e instabilidade e insegurança na fiscalização.

O assessor jurídico do Sinsprev/SP disse que existem vários conflitos legais entre as normas emitidas pela ANVISA que acabam se contrapondo e geram dúvidas e incertezas, sendo que normas inferiores não podem substituir ou alterar orientações de normas superiores.

Ao final dos debates, os representantes da FENASPS protocolaram um documento – **em anexo** – solicitando a continuidade de tais tratativas referente à área de PAF's, no sentido de levar a verdade aos servidores e permitir a participação dos mesmos nos vários momentos de decisão.

A reunião foi encerrada por volta das 20h40, sendo que a DICOL ficou de encaminhar resposta para a FENASPS em relação à demanda apresentada. Entretanto, o Dr. Barbano frisou que não haverá a suspensão ou interrupção do fechamento de postos e que o diálogo se dará com as entidades, porém com as ações sendo executadas como no caso de Congonhas/SP.

Diante de tais colocações, reforçamos o direcionamento e orientação desta entidade de classe de forma que possamos intensificar nossas ações de resistência, denúncias, documentação de fatos e, sobretudo, organização dos trabalhadores e participação nas assembleias, congressos, reuniões e atividades de mobilização como o Dia Nacional de Luta com paralisação, marcado para o dia 15 de maio.

Agradecemos a confiança dos servidores e esperamos que todos estejam engajados nesses temas e possam cooperar para a mudança de rumos nessa área de PAF's.

DEVISA/FENASPS

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL